



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

DE REUNIÃO PARA EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 019/2021/CPLO/SUPEL/RO

INTERESSADO: SESDEC/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 0037.391586/2021-26/SESDEC/RO

OBJETO: Construção do Centro Integrado de Operações Policiais - CIOP no município de Porto Velho/RO.

Aos **dezesesseis dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois às 10h**, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito a Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9263, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela **Portaria nº 09 de 17 de janeiro de 2022**, para proceder ao exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **A C FAUSTINO EIRELI EPP. DA RECORRENTE**: A empresa recorrente **A C FAUSTINO EIRELI EPP** contradita a decisão proferida pela CPLO em ata do dia 27.04.2022 que declarou HABILITADA a empresa **MAMORÉ CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE EIRELI**. Ressaltando que (...) *na referida sessão de habilitação não fora dada oportunidade da Empresa Recorrente constar as observações documentais das outras empresas*. Alega que os documentos apresentados, no quesito DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Item 15.3) não estão de acordo com o edital, pois, as Certidões de Registro e Quitação Pessoa Física dos profissionais Tiago Fernando Martins, Victor Moreto Pereira e Otávio Henrique Domingos de Abreu e Silva estão vencidas. **DO PEDIDO**: requer a inabilitação da empresa **MAMORÉ CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE EIRELI** sob a alegação de que a recorrida descumpriu as regras do edital. Expirado o prazo para interposição de recurso, a Comissão de Licitação concedeu o prazo para contrarrazões, sendo que nenhuma empresa manifestou interesse em contrarrazoar. **DA DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO** – A Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93, decidiu manter a decisão proferida na sessão de do dia 27.04.2022, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, vinculado as condições do edital, e conforme permitido no art. 43, §3º da Lei 8.666/93. Primeiramente reportamo-nos a alegação da empresa requerente de que não fora dada a oportunidade a empresa de se manifestar na **SESSÃO PARA RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS** do dia 25.04.2022. A Comissão de Licitação ouviu atentamente a argumentação do representante legal da empresa, sendo que este insistia que deveria constar na ata as supostas irregularidades detectadas. Prontamente informamos que a sessão seria suspensa para que a CPLO pudesse analisar os documentos apresentados e constatar a autenticidade das certidões. E que após o julgamento proferido em ata de reunião, sintetizado através do aviso de julgamento de habilitação publicado nos meios de comunicação previstos em lei abrindo prazo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação para interposição de recurso, conforme art. 109, inciso I, alínea “a” da lei 8.666/93. Ressaltando que fora informado durante a sessão que seria disponibilizado mediante solicitação da empresa participante os documentos pertinentes a esta fase do certame.

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;,,

Quanto ao item por ter apresentado **comprovação de registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)** vencida, descumprindo assim a exigência contida no item 15.3, alínea "a" do Edital. Com base no referido item a exigência com prazo de validade serve para a Certidão de Registro e Quitação Pessoa Jurídica, cabe à SUPEL-CPLO o julgamento deste item, visto não se tratar de documento de cunho técnico e se tratar de item de documentação de habilitação do processo. Referente a alegação de que a empresa recorrida **MAMORÉ CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE EIRELI** deve ser inabilitada por ter apresentado Certidões de Registro e Quitação Pessoa Física dos profissionais vencidas.

Informamos que a inscrição ou o registro na entidade profissional competente só pode ser exigido quando a profissão ou atividade econômica exercida pelo futuro contratado estiver regulamentada por lei em sentido estrito. Trata-se de comprovação do registro ou inscrição no conselho de classe, mesmo vencida, a Certidão atende o requisito. TCU - Acórdão n.º 352/2010-Plenário:

Na jurisprudência do TCU, encontramos outros casos que remetem a restrição indevida em editais:

Quitação de anuidades no Conselho profissional (Ac nº 14.099/2019-1C) Profissionais impertinentes (Ac nº 753/2020-P)

Jurisprudências relacionadas ao tema:

"[...] exigir visto do registro do profissional pelo simples fato de participar da licitação parece ser exigência acima daquela fixada pelo legislador ordinário, o que acaba por restringir, além do necessário, a competitividade do certame. Lembremo-nos de que o art. 30, I, da Lei 8.666/93 exige, para efeitos de qualificação técnica, apenas o registro ou inscrição na entidade profissional competente, não mencionando qualquer necessidade de visto do registro no conselho regional do local da obra, o que reforça o entendimento de que somente por força do art. 58 da Lei 5.194/66 surge tal necessidade e apenas no momento da contratação." (TCU. Processo nº TC-011.423/96-0. Acórdão nº 279/1998 – Plenário)

O art. 30, inc. I, da Lei nº 8.666/93 define como documento comprovante de qualificação técnica, o registro ou inscrição na entidade profissional competente. Assim, se o objeto envolvido no processo de contratação demandar a atuação de profissional sujeito a registro e fiscalização por Conselho Profissional, será adequado realizar essa exigência. O que se tem verificado, contudo, é que em vez de exigir a comprovação do registro, exige-se a prova de quitação de obrigações perante o Conselho Profissional respectivo, o que não encontra amparo legal. No último Boletim de Jurisprudência, o Tribunal de Contas da União foi expresso quanto ao ponto:

Acórdão 2472/2019 Primeira Câmara (Representação, Relator Ministro-Substituto Augusto Sherman)

Licitação. Qualificação técnica. Conselho de fiscalização profissional. CREA. Quitação.

É ilegal a exigência de prova de quitação com o Crea para fins de habilitação, pois art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993 exige apenas o registro na entidade. O disposto no art. 69 da Lei 5.194/1966, que regulamenta o exercício dos profissionais de engenharia, não pode prevalecer diante do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, nem da própria Lei 8.666/1993 (norma geral).

A Comissão de Licitação decide não dar provimento ao recurso apresentado pela empresa **A C FAUSTINO EIRELI EPP**. Nesta seara, a CPLO mantém a decisão proferida em Ata do dia 27.04.2022, mantendo **INABILITADAS** as empresas **CONSTRUTORA ROBERTO PASSARINI LTDA**, **HAZA CONSTRUÇÕES DE EDIFÍCIOS LTDA** e **BORGES COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI** e **HABILITADA** as empresas **TURIN CONSTRUÇÕES LTDA**, **PROGRESSUS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA**, **MAMORÉ CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE EIREL** e **A C FAUSTINO EIRELI EPP** no presente certame. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada e assinada pela Presidente e pelos membros da Comissão. Porto Velho-RO, aos **dezesesseis dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois às 12h**.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

ERALDA ETRA MARIA LESSA

Presidente

NADIANE DA COSTA LAIA

Membro

SAMIR PAIVA ESPÍRITO SANTO

Membro



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Membro**, em 18/05/2022, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samir Paiva do Espírito Santo, Membro**, em 18/05/2022, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 18/05/2022, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0028847366** e o código CRC **134ECA5F**.